

Renegociação ainda é incerta

Apesar do desempenho brasileiro, reservas e sucessão intimidam credores

WILSON PEDROSA

CECILIA PLESE
Correspondente

São Paulo — Apesar dos prognósticos otimistas feitos aqui durante toda esta semana, por ocasião do seminário sobre alternativas de reestruturação econômica mundial, a respeito das possibilidades de renegociação da dívida externa brasileira em condições mais favoráveis, o fato é que a situação não parece ser tão positiva assim.

Tanto o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, quanto o assessor especial do presidente Reagan, Norman Bailey, mostraram-se confiantes de que o Brasil, em razão do desempenho surpreendente de suas contas externas, obterá condições mais vantajosas na próxima fase de rolagem da dívida externa. O mais moderado — talvez justamente por ser banqueiro — Georges Smolarski — assinalou que o Brasil deverá colher os resultados dos progressos que realizou ao cumprir ortodoxamente, a receita do FMI. Agora, se isto deverá reservar ao comando brasileiro, um tratamento mais cordial por parte da comunidade financeira internacional, é outra história, mesmo porque essas condições mais favoráveis só deverão ser oferecidas quando ficar patente que as conquistas e os avanços feitos terão continuidade no tempo.

Quando o professor de economia do Massachusetts Institute of Technology, diger Dornbusch, levantou a tese de que os países em desenvolvimento deveriam pressionar os credores

a fim de obterem um acordo pelo qual pagariam juros até um teto limite, contabilizando-se a diferença como perda real, ao seu lado Smolarski, ligado à diretoria do Credit Lyonnais, sorriu amarelo e taxou a proposta de absurda. E evidente, pois, que o País não pode nem deve se iludir, mesmo porque atualmente, além das preocupações de ordem financeira, os credores também vivem outras, de caráter político, diante da expectativa de futuras definições do quadro governamental brasileiro.

Os tais contatos preliminares de sondagem iniciados nos últimos dias pelo ministro Delfim Netto, nos EUA e que se estenderão à área financeira londrina, outro objetivo não tem do que o de verificar *in loco* o grau de flexibilidade que os banqueiros estão dispostos a adotar na próxima fase de renegociação da dívida externa. As resistências manifestadas pelo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastores, em comentar detalhes do andamento do processo de renegociação são explicáveis. E que o Brasil ainda não tem um estratégia formulada.

Oficialmente, os banqueiros estrangeiros mostram-se renitentes quando instados a fazer balanços das perspectivas das próximas etapas de negociação. Mas sob a promessa de sigilo, não hesitam em afirmar que elas serão muito mais duras do que as anteriores. Como o México foi beneficiado com ofertas vantajosas dizem, o Brasil vai querer pelo menos igualá-las.



Simonsen acredita em condições mais vantajosas ao País obtendo taxas de juros mais baixas, spreads menores e prazos mais longos de amortização. O problema é que o México podia arcar com seus compromissos em função de seus níveis de reserva. Já o Brasil, mesmo tendo conseguido melhorá-los precisará do que eles chamam de — *new money* — dinheiro novo para continuar rolando débitos antigos. E não se trata de pouco. Fala-se que nos primeiros contatos estabelecidos informalmente, o Governo brasileiro teria pedido algo em torno de 3,5 bilhões de dólares. Mas os bancos estrangeiros não estão dispostos a aumentar seu exposure no Brasil e tentarão impor freios.

A idéia, disse um diretor de uma organização escandinava,